

**Produção de petróleo no 1º tri reforça cenário de receita de R\$90 bi com royalties em 2024**

**Energia** Dados de janeiro a março confirmam projeções da ANP de previsão de receita neste ano de R\$ 90 bilhões, 20% mais que no ano passado

# Cenário do 1º tri reforça alta forte da arrecadação com royalties de petróleo

Fábio Couto e Rafael Rosas  
Do Rio

O aumento na produção de petróleo no Brasil neste ano deve levar o país a arrecadar R\$ 90,3 bilhões com royalties e participações especiais, o que vai significar um aumento de 20,4% em relação aos R\$ 75 bilhões levantados no ano passado, segundo projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os primeiros meses de 2024 confirmam a tendência de alta da produção para o ano apontada pela agência. A ANP também estima maior arrecadação com participações governamentais nos próximos anos.

Entre janeiro e março, último dado disponível, a produção média de petróleo no país foi de 3,441 milhões de barris por dia, alta de 6,96% na comparação anual. A produção média de gás natural entre janeiro e março foi de 148,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), 4,26% acima do verificado um ano antes, segundo a ANP.

As receitas geradas a partir do aumento da produção ajudam a reforçar os cofres públicos em um momento positivo, de alta nas cotações do barril, e dão fôlego a União, Estados e municípios produtores de petróleo em meio às discussões sobre equilíbrio fiscal. Especialistas ouvidos pelo Valor dizem que a União pode usar livremente o dinheiro de royalties e participações especiais, com exceção da parte destinada ao Fundo Social. Os campos sob regime de partilha de produção destinam 22% dos royalties para o Fundo Social. Para Estados e municípios, há vedações. A legislação federal proíbe o uso de royalties e participações especiais para pagamento de funcionários públicos ativos e quitação de dívidas, com exceções de salários de professores da rede pública e de dívidas com a União.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, pondera que não é adequado utilizar royalties para ampliar gastos correntes, uma vez que esse tipo de receita é "sensível ao ciclo". "Usá-la para ampliação de despesas correntes pode gerar desequilíbrio fiscal futuro. Isso se aplica tanto para a União quanto para Estados e municípios", diz.

Entre janeiro e abril, o barril do Brent foi cotado, em média, a US\$ 82,95, 0,95% acima da média de igual período um ano antes, de US\$ 82,16, segundo o Valor Data. Em maio, o Brent segue em alta e fechou na sexta-feira (17) com alta semanal de 1,41%, a US\$ 83,98. Preço do barril e câmbio são chave no cálculo das participações governamentais no setor de petróleo.

Na quinta-feira (16), a ANP informou que destinou R\$ 8,3 bilhões a União, Estados e municípios relacionados a pagamento de participação especial (campos de grande volume) e correspondentes de janeiro a março deste ano.

Os dados da ANP indicam também que os entes federativos terão aumento de receita com royalties e participações especiais nos próximos anos. As projeções da ANP apontam que a arrecadação com essas participações governamentais deve situar-se em R\$ 404,1 bilhões entre 2024 e 2027, 12% acima dos R\$ 360,9 bilhões que irrigaram os cofres da União, Estados e municípios entre 2019 e 2023 (ver quadro nesta página).

A projeção considera preço de petróleo pouco abaixo de US\$ 80 por barril. Ainda não há previsão de quando os dados que dão base ao levantamento, feito em 2023, serão atualizados.

Symone Araújo, diretora da

ANP, disse que no histórico de arrecadação, observa-se que, em 2022, as participações governamentais bateram recorde pela alta dos preços do petróleo e da crescente produção. Houve queda de arrecadação em 2023, comparado a 2022, devido à redução dos preços do petróleo após o pico: "As participações governamentais nos próximos anos tendem a aumentar em razão da previsão do aumento da produção de óleo e gás, com a entrada em operação de novas unidades de produção, trazendo impactos positivos à arrecadação pública", disse ao Valor.

O economista Gabriel Barros Leal, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), diz que os royalties e participações especiais dão ao governo federal mais flexibilidade de uso que impostos e contribuições, pois não têm destinação específica, exceto pela parte destinada ao Fundo Social. "Esse valor a mais [de arrecadação] poderia ajudar a pagar dívida e no resultado primário. Também ajudaria se o governo quisesse financiar despesas", diz Barros Leal, que alerta que o risco é que a despesa financiada pelo governo em geral obrigatória e de menor baixo. "O governo gasta mais do que arrecada e gasta mal, pega o dinheiro da sociedade e transfere de forma incompetente", diz. A melhor saída para o uso do dinheiro, acrescenta, seria reduzir a dívida pública, que caracteriza como "alta e caríssima".

**"O governo gasta mais do que arrecada e gasta mal, pega o dinheiro da sociedade e transfere de forma incompetente"**

Gabriel Leal de Barros

O economista e especialista em contas públicas Raul Velloso acrescenta que a arrecadação maior de royalties e participações especiais este ano, caso se comprove, traz uma oportunidade de redução da dívida do setor público consolidado. Araújo, da ANP, diz que a agência não tem por atribuição avaliar o uso das receitas dos entes beneficiários das participações governamentais: "Essa atribuição é dos tribunais de contas de Estados e municípios. A agência efetua apenas o cálculo e o repasse, cabendo aos gestores dos entes decidir sobre o uso dos recursos, não havendo interferência da ANP".

Royalties são uma compensação financeira paga pelas produtoras de petróleo e gás natural a União, Estados, Distrito Federal e municípios que são beneficiados pela exploração desta atividade. O cálculo dos royalties considera uma alíquota que incide sobre o campo produtor (que varia entre 5% e 15%), a produção mensal do campo e o preço de referência do petróleo ou do gás natural. A fiscalização da distribuição dos recursos é feita pela ANP.

A legislação fixa que 40% dos royalties são destinados à União, 22,5% para Estados produtores, e 30% para municípios (também produtores). Os 7,5% restantes são distribuídos para todos os Estados e municípios da federação. Na União, os recursos são divididos entre Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia. "O royalty é uma forma simples e direta de tributação", disse Décio Hamilton Barbosa no livro "Tributação do Petróleo no Brasil e Outras Jurisdições". As participações especiais, por sua vez, são compensações financeiras extraordinárias pagas

por petroleiras, relativas a campos de petróleo e gás natural com grandes volumes de produção. A remuneração é feita a cada trimestre e a destinação dos recursos depende do tipo de campo.

A União também se beneficia das reservas de petróleo antes mesmo do início da produção. Em leilões de áreas, o Estado brasileiro recebe recursos das empresas vencedoras nas disputas. No regime de concessão, as empresas que arrematam blocos pagam bônus de assinatura, valor baseado na percepção prévia de geração de recursos. No regime de partilha de produção, adotado para parte do pré-sal, os vencedores de áreas destinam parcela da produção, denominada óleo-lucro, para a União, por meio da estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), que, posteriormente, a comercializa no mercado em leilões próprios.

Eduardo Pontes, sócio da Infis Consultoria, disse que 65% da receita obtida na comercialização de petróleo no país é destinada à União sob a forma de tributos, royalties e participações especiais. "No pré-sal, a União fica com 70%, 80% do óleo-lucro, isso é uma forma de participação especial, tanto sobre a Petrobras quanto sobre as outras empresas", disse Pontes.

A Petrobras é a principal contribuinte para a arrecadação pública, diante do fato de ser a maior produtora do país, com produção de petróleo e gás na casa de 3 milhões de barris de óleo equivalente por dia. A empresa injetou R\$ 420,5 bilhões em royalties, participações especiais e outras rubricas (como bônus de assinatura) nos cofres públicos entre 2016 e 2023.

Procurada, a Petrobras afirmou em nota: "Em 2023, recolhemos R\$ 61,4 bilhões a título de participações governamentais (royalties e participação especial), cujos valores são distribuídos pela ANP ao Tesouro Nacional, Estados e municípios, com base nos critérios definidos em lei. Além disso, nossa contribuição sob a forma de tributos recolhidos à União, em 2023, foi de R\$ 87,4 bilhões".

Em cenários geopolíticos adversos, a estatal tende a se beneficiar pelo aumento da receita de venda de petróleo e por eventuais reajustes nos preços dos derivados no mercado interno, além de possíveis altas na cotação do dólar. Há, no entanto, efeitos negativos da alta do petróleo e dos derivados sobre a inflação, o que tende a fazer que tanto a Petrobras, uma empresa de economia mista, quanto o próprio governo retardem aumentos quando necessário. Por outro lado, quanto maior é o preço do Brent, mais viável se torna a atividade de exploração e produção. A Petrobras tem buscado a exploração de novas áreas para repor o portfólio em regiões como a Margem Equatorial e as bacias Sergipe-Alagoas e de Pelotas, preocupada com o declínio dos seus campos.

Com a manutenção das reservas atuais, sem a exploração de novas fronteiras, estudos apontam que a produção deve continuar aumentando até declinar perto de 2030. "A tendência é que as participações governamentais acompanhem a produção, com aumento nos próximos anos e queda a partir de 2030, 2031, caso não sejam incorporadas novas reservas", disse Araújo, da ANP.

O ritmo atual é de crescimento de reservas, que devem se converter em aumento de produção. Também de acordo a ANP, as reservas provadas totais de petróleo (que possuem maior certeza de que pode haver extração comercial) tiveram aumento de 6,98% em 2023, na comparação com 2022. No gás natural, as reservas tiveram aumento de 27,12% no ano passado, frente ao ano anterior.

## Riqueza do óleo e gás para os cofres públicos

Ritmo das participações governamentais para União, Estados e municípios nos últimos anos

Total pago de royalties e participações especiais nos últimos anos (em R\$ bilhões)



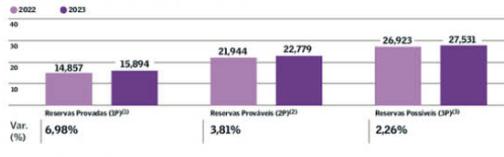
Projeção de royalties futuros (em R\$ bilhões)



Royalties e participações especiais pagos pela Petrobras (em R\$ bilhões)



Volume total de reservas de petróleo (em bilhões/bbl)



Fonte: Lei 12.701/2012 e 470/2007; ANP e Petrobras. (1) Distribuição de petróleo e gás natural com alto grau de certeza de serem economicamente produzíveis (probabilidade acima de 90%). (2) Estimativas de petróleo e gás natural com algum grau de certeza de serem economicamente produzíveis (probabilidade mínima de 50%). (3) Estimativas de petróleo e gás natural com alto grau de certeza de serem economicamente produzíveis (probabilidade mínima de 90%). (4) Fundo Social transferido ao Poder Judiciário para o pagamento de indenizações por danos materiais e morais.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil **Caderno:** A **Página:** 7